



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Padrões socioespaciais dos aglomerados subnormais no perímetro do centro urbano/histórico de Caruaru - PE

Andresa Montenegro Lima
Universidade Federal de Pernambuco

Matheus Batista Simões
Universidade Federal de Pernambuco

Lívia Izabel Bezerra de Miranda
Universidade Federal de Campina Grande

Sessão Temática 03: Redes de cidades e a questão metropolitana no Brasil

Resumo. O presente artigo apresenta uma contribuição na análise da presença dos aglomerados subnormais e da precariedade habitacional nas áreas centrais das cidades brasileiras, a partir do espectro regional da cidade de Caruaru -PE, Capital Regional B (IBGE 2020) de importante influência no contexto do nordeste do Brasil. Caruaru assim como a maioria das cidades latino americanas seguiu o padrão de desigualdade social de ocupação do espaço urbano, e atualmente seu centro da cidade/centro histórico está margeado por aglomerados subnormais (IBGE, 2019), oscilando entre áreas de boa infraestrutura e renda, com espaços segregados de precariedade físico-territorial e baixa renda. O artigo se apresenta como uma importante contribuição para o tema, analisando os padrões socioespaciais dos aglomerados subnormais que margeiam a ZCP (Zona de Centro Principal) delimitada pelo plano diretor em 2019, observando as especificidades desses aglomerados e sua relação com a área central. Além disso, destaca-se que a cidade em específico apresenta carência de análises na área bem como trabalhos e estudos acadêmicos que levem em consideração as suas dinâmicas e potencialidades como importante polo atrativo de pessoas, serviços e comércios do nordeste brasileiro.

Palavras-chave. Padrões Socioespaciais; Aglomerados Subnormais; Precariedade Habitacional; Caruaru-PE.

Socio-spatial patterns of subnormal clusters in the perimeter of the urban/historic center of Caruaru-PE

Abstract. *The present paper presents a contribution in the analysis of the presence of subnormal clusters and housing precariousness in the central areas of Brazilian cities, from the regional spectrum of the city of Caruaru -PE, Regional Capital B (IBGE 2020) of important influence in the context of the northeast from Brazil. Caruaru, like most Latin American cities, followed the pattern of social inequality in the occupation of urban space, and currently its city center/historic center is bordered by subnormal clusters (IBGE, 2019), oscillating between areas of good infrastructure and income, with segregated spaces of physical-territorial precariousness and low income. The article presents itself as an important contribution to the theme, analyzing the socio-spatial patterns of the subnormal clusters that border the ZCP (Main Center Zone) delimited by the master plan in 2019, observing the specificities of these clusters and their relationship with the central area. In addition, it should be noted that the city in particular lacks analyzes in the area,*

as well as works and academic studies that take into account its dynamics and potential as an important attractive center for people, services and commerce in northeastern Brazil.

Keywords: Sociospatial Patterns; Subnormal clusters; Housing Precariousness; Caruaru-PE.

Patrones socioespaciales de conglomerados subnormales en el perímetro del centro urbano/histórico de Caruaru-PE

Resumen. *Este artículo presenta una contribución en el análisis de la presencia de aglomeraciones subnormales y precariedad habitacional en las áreas centrales de las ciudades brasileñas, del espectro regional de la ciudad de Caruaru -PE, Capital Regional B (IBGE 2020) de importante influencia en el contexto del nordeste brasileño. Caruaru, como la mayoría de las ciudades latinoamericanas, siguió el patrón de desigualdad social en la ocupación del espacio urbano, y actualmente su casco urbano/centro histórico está bordeado por conglomerados subnormales (IBGE, 2019), oscilando entre áreas de buena infraestructura y renta, con espacios segregados de precariedad físico-territorial y bajos ingresos. El artículo se presenta como una importante contribución al tema, analizando los patrones socioespaciales de los conglomerados subnormales que bordean la ZCP (Zona Centro Principal) delimitada por el plan maestro en 2019, observando las especificidades de estos conglomerados y su relación con la Area Central. Además, cabe señalar que la ciudad en particular carece de análisis en el área, así como de trabajos y estudios académicos que tengan en cuenta su dinámica y potencial como un importante centro de atracción de personas, servicios y comercio en el noreste de Brasil.*

Palabras clave: Patrones Socioespaciales; Grupos subnormales; Precariedad Habitacional; Caruaru-PE.

INTRODUÇÃO

O Artigo oferece uma reflexão acerca da organização social do território, no município de Caruaru. Caruaru é uma cidade média que polariza uma Região Imediata de mesmo nome, situada no Agreste Pernambucano (IBGE, 2021). Sua aglomeração exerce um importante papel regional sendo classificado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como uma Capital Regional B por sua centralidade que reúne um importante comércio, equipamentos, serviços, cultura etc. (IBGE, 2020). Em Caruaru mais de 80% do seu Produto Interno Bruto (PIB) vem do terciário, atualmente muito vinculada ao trabalho com a confecção, bem como ao turismo e ao lazer.

O desenvolvimento econômico recente se refletiu em grandes transformações no espaço urbano, constituindo uma espacialidade fragmentada, caracterizada ao mesmo tempo pela concentração nas áreas centrais e pelo espraiamento tentacular da mancha urbana às margens das rodovias e estradas vicinais. Este trabalho buscou a análise da área central do município, que apesar de concentrar uma rede de infraestrutura consolidada, apresenta significativos núcleos informais que se caracterizam por condições degradantes de habitabilidade.

Foi realizado um ensaio metodológico que objetivou mostrar a alta correlação entre os padrões socioespaciais de ocupação da região central da cidade de Caruaru-PE, e as variáveis de densidade e renda da população, a partir dos dados censitários do IBGE. Neste universo, observou-se, mais detalhadamente os padrões que caracterizam os *setores especiais de aglomerados subnormais* (IBGE, 2019) que margeiam esta região. Para o IBGE (2013), os setores subnormais reúnem no mínimo 51 domicílios e se caracterizam pela precariedade da habitação, pelas baixas condições de urbanização, carências de serviços públicos essenciais, irregularidade fundiária, traçado desordenado e/ou densas.

É importante destacar que as representações cartográficas oferecem potencialidades e limites para a leitura dos fenômenos geográficos, mas é igualmente relevante ressaltar que neste trabalho, a instrumentalização cartográfica não é um fim. Entende-se que esta é uma ferramenta que deve ser correlacionada com informações de natureza qualitativas.

Uma das características mais marcantes na estrutura social da região estudada é a manutenção da segregação residencial que aprofunda um padrão em mesoescalas e, sobretudo, em microescalas que os tipos encontrados não permitem descrever detalhadamente, mas que podem estar explícitas em estatísticas complementares que poderão ser aprofundadas a partir dos dados do novo censo demográfico. O estudo pode demonstrar quatro padrões socioespaciais, com a predominância de baixa densidade e a concentração de grupos de alta renda e as manchas concentradas de tipos de baixa renda, com altas e baixas densidades. Nos que concerne aos setores especiais de aglomerados subnormais, puderam ser observadas a forte predominância do tipo baixa renda e alta densidade.

O Artigo está estruturado em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais: a primeira procura explorar as dinâmicas espaciais em áreas centrais. Neste item busca-se observar as características do desenvolvimento desigual na América Latina, com ênfase no caso brasileiro; na segunda apresenta-se as características da área objeto do estudo, a cidade de Caruaru. Procura-se destacar os fatores que conformaram a sua organização espacial e posteriormente a caracterização e espacialização dos assentamentos precários, correlacionados aos aglomerados subnormais definidos pelo IBGE; na terceira parte apresenta-se a metodologia que, a partir dos dados do IBGE (2010), permitiu a classificação dos setores censitários, para construir cenários que visaram discriminar tipos de ocorrências socioespaciais; por fim, discute-se os resultados encontrados a partir de cartogramas temáticos resultantes dos cruzamentos das variáveis selecionadas e correlacionadas. Espera-se que este trabalho possa contribuir para a compreensão das características socioespaciais das áreas centrais e de suas diferenciações, ressaltando as desigualdades que se expressam neste espaço.

A DINÂMICA ESPACIAL DOS CENTROS URBANOS DAS CIDADES

A produção e reprodução do espaço urbano no contexto globalizado nas cidades latino americanas apresentam nuances diversificadas devido às características regionais ligadas a este cenário. Somado a isso têm-se a presença da desigualdade e pobreza na diferenciação dos espaços das cidades. Na América Latina principalmente os processos de produção urbana têm sido construídos por mecanismos híbridos de mercado que oscilam entre a formalidade e a informalidade (Santos et al. 2017).

De acordo com Abramo (2003), são três as diferentes lógicas de coordenação social a que são submetidas as cidades latino americanas, que organizam sua estrutura urbana e sua cartografia socioespacial: i) a lógica das ações sociais ou regimes de regulação social, que se refere ao papel do estado como mediador social entre as relações de indivíduos e grupos sociais; ii) a lógica dominante de coordenação de acesso ao solo urbano, que delimita o acesso ao solo urbano mediante valores de troca (mercadológica) e iii) a lógica da necessidade, resultante das disparidades sociais no tocante ao acesso à terra e serviços. Essas três lógicas coexistem nas grandes cidades brasileiras a partir de particularidades regionais e locais. Corroborando com Abramo (2003), Santos et

al. 2017 apresenta três diferentes aspectos responsáveis pela desigualdade no processo de produção da urbanização das cidades latino americanas: i) aspectos econômicos; ii) segundo aspectos sociais e iii) aspectos espaciais (no que se refere ao acesso a serviços básicos e equipamentos públicos).

Conforme a globalização avançou no cenário mundial, a urbanização avança estendida pelo território assumindo uma forma fragmentada, como se o tecido urbano fosse descontínuo resultando em aglomerações dispersas orientadas por uma qualificação urbana e social pautadas no modo de vida e no processo produtivo. Tem-se, portanto, um movimento de reorganização espacial resultante das dinâmicas de diversos atores e agentes sociais que se apresentam como desafios no tocante ao desenvolvimento local e regional (LIMONAD, 2015).

Desde os tempos coloniais até a metade do século XIX, havia nas cidades brasileiras um padrão de estruturação e ocupação espacial cujo movimento se tinha origem no centro, expandindo-se para as áreas de periferia. O ponto de partida da ocupação, chamado de centro propriamente dito, somava todas as funções urbanas da cidade tais como o comércio, as habitações, as feiras, a religiosidade, expressões culturais, etc. (BERNARDINO; LACERDA, 2015).

A primeira fase da urbanização, é marcada pela presença do centro tradicional e de setores habitacionais diferenciados. O centro era margeado por uma área habitacional de baixa renda, estando as classes de rendas médias e altas localizados no núcleo central (BERNARDINO; LACERDA, 2015).

Segundo Peixoto (2003), com o passar do tempo, o centro que antes representava o “todo”, a própria cidade em si, se converteu para “centro histórico”. O que chamamos de “centro histórico”, é nada mais do que a representação de alguma coisa, que vai muito além do espaço, espécie de metalinguagem que representa tudo o que é arriscado se perder num contexto de globalização: a qualidade de vida, as referências identitárias, etc. A codificação da expressão centro histórico tanto pode servir para reativar algo que já existia, mas que é redescoberto para novas funções e usos urbanos.

A dinâmica urbana que se observa é a evasão habitacional da população de renda mais alta dos centros urbanos, que se tornaram espaços públicos desvalorizados e com a presença da degradação nas mais variadas matizes. Este processo tanto se dá na maioria das metrópoles brasileiras como também em cidades médias do Nordeste brasileiro.

Para Rolnik (2006), o mesmo cenário se repete em diversas cidades brasileiras, os espaços centrais ora desvalorizados pela lógica do mercado abrigam hoje as sobras de sua antiga centralidade. O centro que já foi local das camadas mais abastadas são hoje territórios populares, cuja condição física por muitas vezes beira a precariedade, quando por outras vezes não está cercado por esta.

As áreas a que chamamos de centrais correspondem e coincidem com o núcleo original de sua formação, a que chamamos centro histórico. Notadamente essas áreas apresentam um aspecto heterogêneo em que a funcionalidade do centro, a historicidade e o estoque edificado de edificações preservadas, degradação e vazios urbanos se confundem. Tem-se a área central como resultante das dinâmicas e lógicas do capital a ela submetidas, bem como das diretrizes e posturas arquitetônicas e urbanas assumidas no desenrolar do tempo. Atualmente as cidades possuem mais de uma centralidade no que se refere ao ponto de vista funcional, contudo, a área correspondente ao “marco zero” da

urbanização não perde sua posição como área de referência e simbolismo das cidades (BERNARDINO,2018).

As cidades brasileiras e latino-americanas que se formaram no período colonial acompanham um mesmo padrão de organização espacial em que o centro reunia todas as funções urbanas da época, abrigava da mesma forma habitações de senhores e seus escravos, feirantes, aristocratas, migrantes e famílias comuns. As políticas higienistas do século XX trouxeram profundas transformações nos centros urbanos com a substituição de antigas residências e saneamento urbano. A mensagem passada para as camadas mais altas, era que sair do centro representava uma possibilidade de se distanciar dos problemas urbanos e sanitários da centralidade. Assim novas áreas urbanas foram se expandido para além do núcleo central da ocupação. Da mesma forma a população de baixa renda que havia sido expulsa do centro devido as políticas higienistas e o descontrole nos preços dos aluguéis, viram como solução a formação de assentamentos informais de moradia.¹

De acordo com Borsdorf (2003), estava organizado o espectro da cidade latino americana no fim da segunda fase de urbanização: centro tradicional que correspondia aos meios de produção e circulação de mercadoria margeado por um contingente habitacional de renda baixa, ao passo que as habitações mais abastadas e de classe média se inseriam fora do núcleo urbano, o que favoreceu a consolidação posterior de novos centros sub-comerciais que atendiam uma população de maior poder aquisitivo. Esse ideário de morar fora do centro se consolidaria até a década de 1981, com surgimento e a expansão de novas áreas mais distantes da centralidade original de ocupação.

Ainda consoante Bernardino (2018) é possível notar no Brasil uma desvalorização das áreas centrais quando as camadas de mais alto rendimento se evadiram desse setor. Acompanhando a elite os donos de estabelecimentos requintados também se retiraram do centro. Para a maioria das cidades brasileiras, metrópoles ou não, a mesma configuração estava presente: a degradação do ambiente construído face a desocupação ou precariedade de múltiplos imóveis nas áreas centrais e centros históricos como um todo.

No tocante ao aspecto do centro como centro histórico, de acordo com Carrión (2014) tudo que existe em uma cidade é também algo de histórico, coexistindo vários históricos e centralidades históricas, não havendo apenas uma só centralidade. Contudo, o centro histórico da maioria das cidades possui uma peculiaridade: o momento fundador define o nascimento da centralidade histórica, e a partir dali a sua própria existência será dependente dessa soma entre o passado e o presente. A cidade possui, portanto, valor de uso, de troca e de história, e quando não nos dedicamos ao aspecto histórico condenamos o centro à morte, ao congelamento não permitindo a total expressão de sua potencialidade urbana.

O processo que hoje conhecemos como decadência ou deterioração do centro nada mais é do que o abandono da classe de maior poder aquisitivo, que deu lugar a ocupação da população de menor renda (Villaça 1998). A degradação e deterioração estão ligadas a perda de função de algo, ou o seu decréscimo no valor de comercialização mercadológica. Pode-se dizer que ao atribuir os centros urbanos como áreas de degradação, estamos dizendo que há uma perda de

¹ Segundo argumenta Bernardino (2018).

valor dos imóveis localizados nessa região pelo simples fato de estes não mais atenderem aos desígnios da sociedade e elite capitalista. Os centros urbanos se degradam quando o modo de utilização é subjugado pelo valor que tem o espaço urbano e pela sua dinâmica de uso do solo, é essa dinâmica a responsável por redistribuir o território, deslocando atividades e habitantes em busca de novas áreas com sua subsequente valorização imobiliária (VARGAS; CASTILHO,2006).

Caminhando ao lado da degradação dos centros urbanos, está a diminuição e redução dos investimentos públicos e privados nesta área, que passam a ser direcionados para outras áreas da cidade. A consequência desse movimento se aplica também no papel das áreas centrais brasileiras, que passaram a assumir funções comerciais e de serviços. É constatada que nas áreas centrais existe um menor número de habitantes como população fixa, e um grande número de vazios urbanos, ao passo que este mesmo local ao longo do dia comporta um fluxo de pessoas superior à sua população residente. A capacidade de atração de fluxo é característica inerente ao centro (VARGAS; CASTILHO, 2006). Se essas dinâmicas se reproduziram em metrópoles e grandes cidades brasileiras, para o contexto das cidades médias não foi diferente. Como veremos na próxima sessão, Caruaru-PE acompanhou o movimento de urbanização brasileira com dinâmicas similares as demais cidades do Brasil apresentando hoje a mesma problemática do centro das grandes cidades brasileiras: a presença de precariedade, degradação ou obsolescência.

CARUARU (PE): EVOLUÇÃO URBANA E DINÂMICAS RECENTES

A cidade de Caruaru, localizada no estado de Pernambuco, está situada a aproximadamente 130km da capital Recife. Caruaru pertence a microrregião do Vale do Ipojuca, no agreste pernambucano em uma posição geográfica entre litoral e sertão. Caracteriza-se também, segundo o IBGE (2021), como o centro de uma Região Imediata de Articulação Urbana e como uma Capital Regional B (2020), em função de sua centralidade caracterizada pela convergência da sua localização e concentração da oferta de equipamentos e serviços. Com população estimada em 369.343 (IBGE 2021), é conhecida como a capital do Agreste sendo o 4º município mais populoso do estado. Caruaru possui uma área absoluta de 923,150km², com uma densidade demográfica de 342,07 hab/km² (2010), e área urbanizada de 16,65km² (EMBRAPA,2015).

O processo de urbanização, resultante da relação entre os diversos atores e agentes que formam o espaço urbano, pode ser claramente identificado no centro de Caruaru cuja atividade econômica influenciou e influencia diretamente a ocupação urbana, subordinando os usos a lógica do capital (Albuquerque et. al, 2015). Os autores enfatizam que no centro de Caruaru estão localizadas as principais atividades econômicas da cidade, a exemplo da Feira de Caruaru, ou Feira da “Sulanca” popularmente conhecida. Atualmente o centro apresenta problemas de crescimento desordenado, carência de infraestrutura, precariedade habitacional e mobilidade urbana comprometida.

O início da cidade remonta do século XVII, precisamente no ano de 1681, ano em que foi concedida uma sesmaria a família de Rodrigues de Sá com o objetivo de desenvolver atividades pecuárias na área disponibilizada. Denominou-se o local por Fazenda Caruaru, que foi abandonada e retomada sua ocupação apenas a partir de 1776, por iniciativa do descendente do sesmeiro original. O marco da ocupação foi a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição em 1781. A partir deste instante, viu-se pouco a pouco a formação de um

pequeno povoado ao redor da capela, que se iniciou ao longo do caminho das boiadas. Assim como a capela, a feira trouxe mais vivacidade ao pequeno núcleo: entre o sertão e a zona canavieira pernambucana, as margens do Rio Ipojuca, a feira se torna pouso de vaqueiros, tropeiros, mascates, sendo este um dos principais motores do desenvolvimento social e econômico da cidade (IPHAN,2015).

Para Vargas et al. (2006), o conjunto formado pela praça, a igreja como palco das reuniões populares de da formação da própria cidade em si é familiar a quase todas as cidades do interior, e constituem por assim dizer o que se chama de centro. Caruaru tem uma certa peculiaridade interessante de ser destacada: o centro urbano da cidade coincide com seu centro histórico, além disso a topografia acidentada e a presença do Rio Ipojuca foram condicionantes importantes da ocupação desta área central e delimitaram o traçado urbano.

Por sua estreita ligação com a feira, localizada a frente da igreja Nossa Senhora da Conceição, na antiga Rua da Frente ou Rua do Comércio, hoje Rua XV de Novembro, a cidade revela ainda hoje a sua ligação com o comércio e o empreendedorismo. Muitos afirmam que a feira é que fez a cidade, e é justamente ao redor da feira que surgem as primeiras casas comerciais antes mesmo da elevação a categoria de vila em 18 de maio de 1857. A partir de 1920, a cidade passa por um novo ciclo de desenvolvimento, impulsionado pelo algodão. Nessa época Caruaru já era uma das cidades mais populosas do estado. O final do século XIX e o início do século XX é marcado pela construção da linha férrea e pelo início da circulação do trem a vapor Great Western.

De fato, a região torna-se polo de desenvolvimento ao redor da Feira que foi complementada durante as décadas seguintes do século XIX e principalmente no século XX pela infraestrutura logística, avanços tecnológicos de transporte de mercadorias bens e serviços que trouxeram um impulso ao crescimento da cidade. Porém o desenvolvimento não planejado acarreta problemáticas urbanas tais como o inchaço urbano que se vê no século XXI, fez surgir novos bairros, trazendo uma expansão horizontal e vertical das habitações, evidenciando a precariedade na infraestrutura, nos serviços públicos, e principalmente problemas de mobilidade e no saneamento ambiental. O inicial centro histórico e urbano de Caruaru- PE, orgânico e altamente adensado passou a não suprir mais as necessidades que surgiam pela alta demanda de espaço. Para Côrrea (1997), o espaço urbano é fruto de lutas, símbolos e relações sendo constantemente moldado por agentes sociais que o formam e transformam, em geral a dinâmica imobiliária que visa o lucro, prioriza as demandas das classes mais ricas, agindo de forma a intensificar a segregação social, e para isso utilizam a especulação imobiliária como meios para atingir seus objetivos.

Em poucas décadas desde seu início a pequena cidade antes espremida entre o Rio Ipojuca e o Morro Bom Jesus (dois fatores ambientais que funcionam como limites a ocupação urbana), se estende em várias direções. A cidade se constitui num ponto para onde convergiam os planos do Estado, da Igreja Católica e de grupos nacionais e internacionais de investimento econômico (SANTOS, 2006).

A região do Agreste Central, pela sua forte ligação com as atividades econômicas ligadas a pecuária e ao comércio, reflete diretamente na dinâmica demográfica que promove fluxos migratórios de saída do homem do campo em direção as áreas urbanas, o que gera grande limitação de absorção dessa população no mercado de trabalho. A característica principal do município é a diversificação de atividades, destacando-se a produção artesanal e de

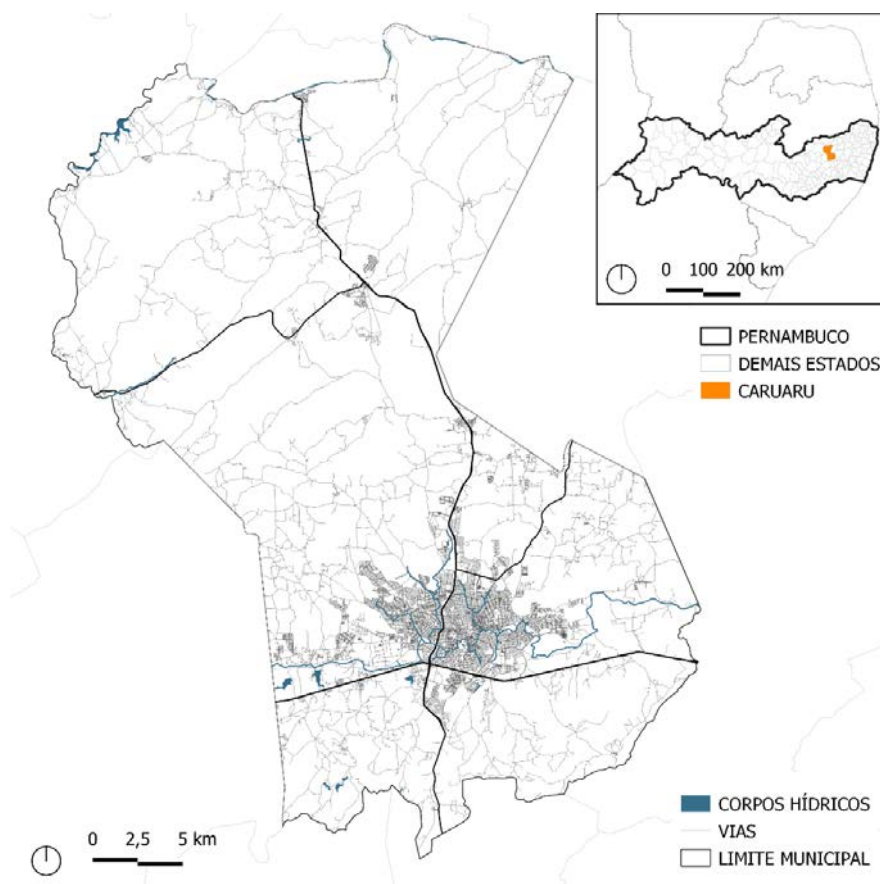
confeções e as atividades de comércio e serviços, fazendo da cidade um pólo de atração da população proveniente das áreas rurais, distritos e municípios vizinhos.

Segundo Abramo (2003) os assentamentos precários que estão inseridos em áreas mais integradas das cidades se apresentam bem mais atrativos do que os assentamentos localizados em áreas periféricas da cidades, principalmente pelo fato de conseguirem uma maior acessibilidade aos equipamentos já consolidados e serviços urbanos básicos, bem como uma melhor servidão de atividades comerciais diversificadas, que podem de certa forma representar uma maior oportunidade de emprego e renda para a população residente nesses locais. Pela presença dessas atividades e de certa provisão de infraestrutura urbana, os assentamentos precários nas regiões centrais são mais disputados, ocasionando o aumento da densidade e especulação imobiliária do setor. Da mesma forma posteriormente Abramo (2007) complementa que este mercado sub-informal nas áreas consolidadas são pólos de tração das camadas mais pobres em áreas centrais.

Desde os anos 2000, a cidade apresenta constante crescimento populacional, por exemplo entre 2000 e 2010 a população cresceu em 24,2% e a taxa de urbanização passou a representar 88,8%, notando-se uma alta de crescimento populacional em áreas urbanas e um decréscimo populacional nas áreas rurais, evidenciando o fluxo migratório interno, além da migração de população proveniente de outros municípios. Essa realidade pode ser melhor evidenciada ao compararmos a porcentagem de população urbana (88,8%) e população rural de (11,2%). Contudo essa taxa de urbanização refere-se apenas ao município sede, nos distritos o maior percentual de urbanização se encontra inferior a 15%, revelando a precariedade de infraestrutura das zonas distritais (PLHIS CARUARU, 2015).

O centro de Caruaru ainda corresponde ao seu centro econômico de maior dinamização urbana, essa característica associada as condições de claras desigualdades socioeconômicas que caracterizam a sociedade brasileira, refletem-se no espaço pelo modo de organização urbana centro-periferia (CALDEIRA,2000; VILLAÇA 2001). A principal característica desse modelo é a ausência e/ou ineficiência do Estado no tocante a oferta de serviços de infraestrutura urbana, o que acaba gerando consequências graves para os aspectos de moradia e qualidade de vida. Pelo processo de adensamento urbano de Caruaru ser relativamente recente não se configura ainda na cidade bairros com grande adensamento populacional em periferias extremamente distantes. Caruaru vive dois processos paralelos: o de continuidade da periferização e de reestruturação de sua área central. Tais processos parecem ser semelhantes aos ocorridos em décadas anteriores nas grandes metrópoles brasileiras, que produzem cidades extremamente segregadas nas condições de moradia e no processo de constante degradação do centro e do centro histórico em detrimento a novas áreas de comércio e serviço em bairros mais nobres (PLHIS CARUARU, 2015).

Figura 1. Localização do município de Caruaru-PE.



Fonte: Base de dados IBGE (2019), elaborado pelos autores.

OS AGLOMERADOS SUBNORMAIS NO ENTORNO IMEDIATO DO CENTRO DE CARUARU

Caruaru possui 36 Aglomerados Subnormais (IBGE, 2019), sendo cinco deles que tangenciam a sua delimitação de ZCP (Zona de Centro Principal) definida pelo Plano Diretor de 2019, que especifica que as ZCP são áreas destinadas à consolidação da atividade comercial do tradicional centro de comércio de Caruaru. Na análise deste artigo trataremos dos cinco aglomerados subnormais em proximidade com o centro de Caruaru, sendo um deles inserido dentro da delimitação do centro da cidade e centro histórico, são eles de acordo com a nomenclatura adotada pelo IBGE: Morro Bom Jesus (1), Comunidade Saldanha de Gama (2), Comunidade Vila Teimosa (3), Comunidade Avenida Canal (4) e Comunidade Riachão I (5).

Ao analisarmos o mapa da Figura 2, notamos que o Rio Ipojuca atua como um limite definidor da área do centro da cidade, bem como o Morro Bom Jesus (1). Os limites, de acordo com Lynch (1960) são elementos lineares que atuam como quebras de continuidade, sendo fortemente percebidos, portanto, podemos dizer que o rio e o morro cumprem esse papel de delimitação e diretriz de ocupação como foi dito anteriormente desde o início da urbanização da cidade.

O aglomerado subnormal que corresponde ao número um no mapa, o Morro Bom Jesus é também um marco da cidade. O monte Bom Jesus, com seus 630m de altitude é visto de diversos pontos da cidade, principalmente para quem chega à cidade de Caruaru. O Morro Bom Jesus possui 1677 domicílios (IBGE, 2019)

e está localizado na ZRC (Zona de Recuperação Cultural) abrigando em seu topo a capela Bom Jesus, construída em 1902. A partir da construção da igreja, aos poucos a própria paróquia começou a distribuição dos lotes das casas, lotes sem definição nem regularidade, resultando num padrão de ocupação desordenado, adensado e precário. O Morro é uma área de precariedade geológica, devido aos deslizamentos e rolamentos de pedra que acontecem e são parte das narrativas históricas do local.

O Morro Bom Jesus é a maior favela de Caruaru, com altíssimo índice de criminalidade e limitação ao acesso a certas áreas pela milícia local. Apenas a partir de 2016, a então prefeita Raquel Lyra conseguiu beneficiar a comunidade com algumas obras estruturantes e de urbanização próximo a capela, com a construção de um mirante, um centro turístico, uma creche e praças culturais. A comunidade ainda apresenta um alto grau de precariedade, com edificações inadequadas, ausência de entrada de serviços de correspondência, transporte público e áreas de lazer fora da área da capela. Algumas edificações não dispõem de áreas de serviço e a comunidade utiliza pontos comunitários de lavanderia pública.

O Morro Bom Jesus é um exemplo de construção do espaço urbano de forma desordenada propiciada pelos agentes religiosos da época que atuavam no ramo imobiliário sem diretrizes organizadas, que contudo atuavam com viés de caridade, o que evidencia que os trabalhadores menos abastados que trabalhavam no centro, não podiam arcar com o custo de habitar as melhores áreas.

Desencadeando a instalação de outros elementos, que hoje fazem parte de sua constituição. Tais como, os mirantes, a escadaria principal, a estrada de acesso para veículos e as antenas de transmissão. Simultânea a implantação desses elementos por parte de órgãos oficiais, acontecia à construção das moradias na encosta do Monte. Edificadas de forma irregular, hoje ocupam grande parcela do Monte Bom Jesus e se conformam como componente característico. Atualmente o Monte Bom Jesus consiste em um morro no centro da cidade, sua encosta é composta por moradias, encontrando em alguns pontos parte da vegetação original preservada, a escadaria principal e estrada de acesso de veículos. No seu topo encontra-se a Igreja do Bom Jesus, o cruzeiro, os mirantes, a Escola Dom Soares Costa, o 4º Batalhão da Polícia Militar, dentre outras edificações.

O aglomerado Subnormal da Comunidade Saldanha de Gama, localizada no bairro do Camela conta com 216 domicílios é a comunidade inserida dentro da demarcação do centro de Caruaru, e é o aglomerado subnormal e assentamento precário que se localiza ao lado do complexo da feira de Caruaru-PE, principal ponto turístico, econômico e cultural da cidade.

Próxima ao Rio Ipojuca, a área possui precariedade de infraestrutura, vias, e calçadas desordenadas, onde na maioria das edificações existem batentes que elevam a entrada das residências, recurso este utilizado devido ao risco de alagamento da área e que compromete o passeio público de pedestres no tocante a falta de padrão dessas intervenções. Os lotes são desordenados com relação a malha urbana da cidade e, além disso, há uma grande presença de deterioração dos imóveis, imóveis abandonados e vazios urbanos.

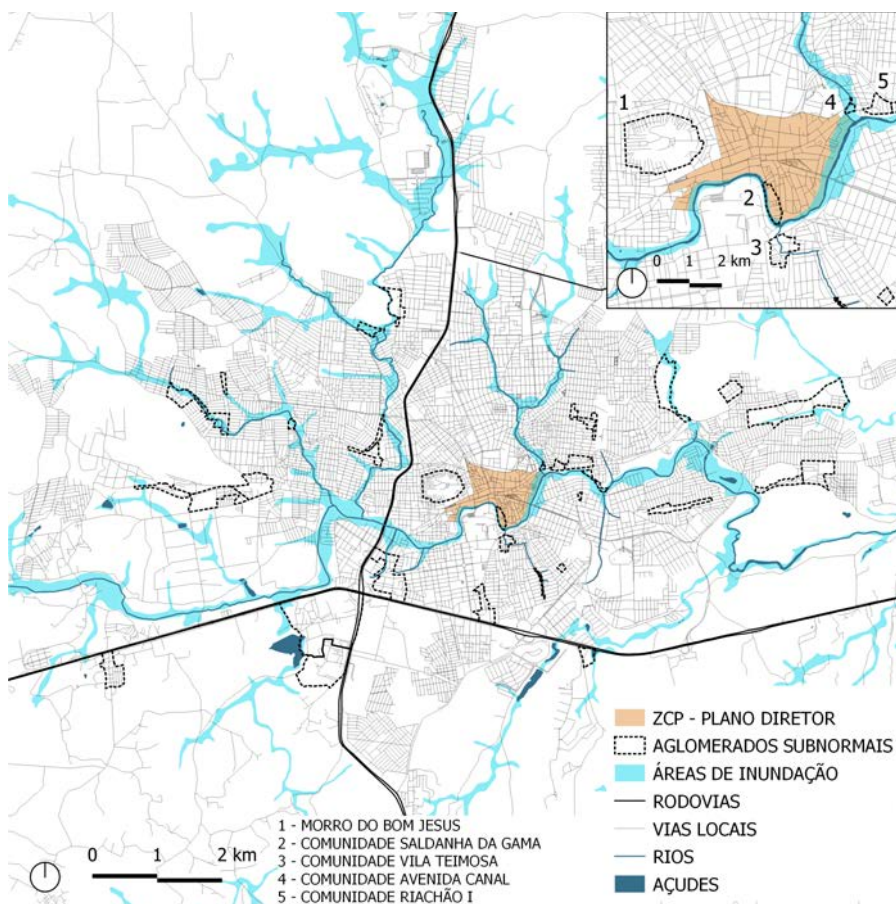
A área correspondente ao número “3” no mapa da figura 2, a comunidade Vila Teimosa localizada no bairro Vassoural conta com 455 domicílios e 1388 habitantes. No aglomerado subnormal não há acesso regular para pedestres e veículos para dentro da comunidade e por essa falta de acesso regular, a

comunidade têm sido alvo de constantes desapropriações pontuais pelo fato de algumas residências estarem no meio das vias, ou construídas com materiais inadequados.

A área possui proximidade com a feira central de Caruaru e é cortada por um braço do Rio Ipojuca. Macrozoneado como ZCO (Zona de Consolidação da Ocupação) pelo Plano Diretor (2019), corresponde a áreas com parcelamento predominante igual ou inferiores 150m² ou menos, taxa de ocupação elevada, próxima dos 100%, com gabarito de térreo +1 ou 2 pavimentos. Algumas áreas carentes de regularização fundiária. Sem recuos frontais e alta taxa de ocupação. Bairros populares consolidados.

A comunidade Avenida Canal (4), possui 100 domicílios e está no perímetro da área central, separada desta por um afluente do Riacho Salgado que funciona como limitante urbano. Área extremamente carente com renda média inferior a 429 reais, também inserida na área ZCO do macrozoneamento urbano, no bairro Mauricio de Nassau. O aglomerado subnormal está localizado nas imediações do Pátio de Eventos Luiz Gonzaga, principal local de Caruaru que concentra a festa do São João e atrai milhares de turistas todos os anos. Da mesma forma, junto ao aglomerado subnormal da Avenida Canal, aparece a Comunidade Riachão I (5), no bairro Salgado que conta com 234 domicílios, e está também inserida na zona ZCO e em proximidade com o Pátio de Eventos e o Rio Ipojuca.

Figura 2. Mapa dos aglomerados subnormais de Caruaru, com destaque para a zona central.



Fonte: Base de dados IBGE (2010), elaborado pelos autores.

METODOLOGIA

A metodologia desse artigo consiste em dois momentos. Inicialmente classificou-se todos os setores censitários da cidade de Caruaru a partir de duas temáticas principais: i) densidade populacional e ii) renda da população. Foram utilizados os dados universais do censo demográfico do IBGE (2010), para a densidade, dividiu-se a variável “Moradores em domicílios particulares permanentes” (V002, segundo planilha Básico.xls) pela área de cada setor. Para a renda, utilizou-se o “valor do rendimento nominal médio das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes” (V005, segundo a planilha Básico.xls). Um mapa de densidade habitacional também foi realizado, através da soma de moradores em domicílios próprios, alugados, cedidos e outros (V006 + V007 + V008 + V009 + V010 + V011 na planilha Domicílio.xls), os resultados foram similares ao mapa inicial, que foi utilizado na etapa posterior, por utilizar uma menor quantidade de variáveis.

Cada mapa temático foi analisado a partir de uma classificação em cinco classes e, posteriormente, o mesmo método de classificação foi reagrupado em duas classes, possibilitando um cruzamento das mesmas e discriminando quatro cenários principais: i) alta densidade habitacional e alta renda (fator que pode discriminar as áreas verticalizadas); ii) alta densidade habitacional e baixa renda (que caracteriza áreas de assentamentos precários); iii) baixa densidade habitacional e alta renda (característico de casas de padrão mais elevado, até mesmo condomínios) e; iv) baixa densidade habitacional e baixa renda (caracterizando ocupações mais esparsas, precárias, e para o caso de Caruaru principalmente localizadas em áreas rurais).

A classificação dos dados foi realizada pelo método quantil, que aplica uma equação matemática ao conjunto de dados. Dessa forma, os intervalos gerados a partir dos dados estudados são únicas para este estudo de caso, e não podem ser replicados para outra cidade. Inicialmente, a classificação em 5 classes busca compreender com mais detalhes a diversidade nos padrões de renda e densidade na cidade, para o posterior cruzamento, o número de classes foi simplificado para 2, de modo a reduzir a complexidade e possibilitar um melhor entendimento dos padrões socioespaciais resultantes.

Vale ressaltar que os resultados que serão apresentados são condicionados ao método de classificação utilizado, e podem apresentar variações a depender da escolha. A ausência de um sistema universal que classifique o que seria uma densidade urbana baixa, média ou alta motivou a escolha deste método. Além disso, por dividir os dados em intervalos regulares, ou seja, em grupos com igual quantidade de informações, permitiu um maior equilíbrio na etapa de cruzamento, visto que os dados de renda e densidade, por ser de diferentes naturezas, apresentaram diferenças consideráveis no tamanho das classes em classificações por intervalos iguais, por exemplo.

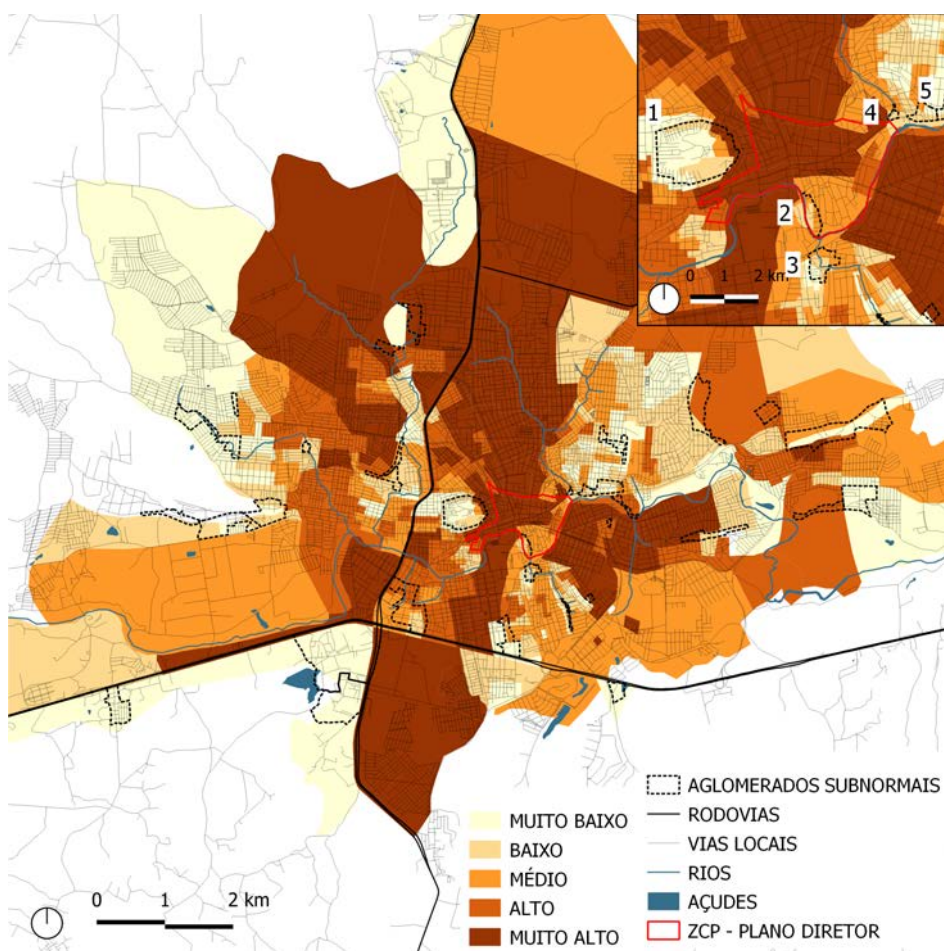
Nas análises, o recorte da área central foi ampliado, de modo a compreender os padrões socioespaciais presentes nos cinco setores especiais de aglomerados subnormais nessa localidade, são estes: 1 – Morro do Bom Jesus; 2 – Comunidade Saldanha da Gama; 3 – Comunidade Vila Teimosa; 4 – Comunidade Avenida Canal; 5 – Comunidade Riachão I, que podem ser visualizadas na Figura 2.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para analisar as dinâmicas dos aglomerados subnormais do entorno da área central de Caruaru é necessário observar o mapa de renda, elaborado por setor censitário pelos autores. É possível notar que a área delimitada pela ZCP em estudo, em sua parte norte apresenta um poder aquisitivo classificado em “muito alto” “alto” e “médio” em sua maioria. Contudo é interessante notar que quanto mais próximo do Rio Ipojuca, menor a renda do setor censitário da ZCP. Os aglomerados subnormais em análise por este trabalho apresentam em sua delimitação interna, rendas que variam em “médio”, “baixo” e “muito baixo”, corroborando para o que foi dito anteriormente na seção teórica deste trabalho que a precariedade cerca as áreas dos centros das cidades, ou seja, o centro é margeado por um contingente habitacional de baixa renda, no tocante aos aglomerados subnormais.

Essa dinâmica de renda expressa claramente que após as intervenções higienistas, os mais pobres foram “expulsos” das áreas centrais, instalando-se em seu entorno. A infraestrutura dessas comunidades, principalmente nas áreas mais próximas ao rio são precárias e se mostram como uma descontinuidade em relação a estrutura interna do centro. Já o Morro Bom Jesus (1), apresenta uma particularidade de apresentar quatro diferentes níveis de renda, tendo a presença de uma renda “muito alta” na encosta inferior do Morro, próximo a vias melhor estruturadas da cidade, ao passo que a área mais vulnerável e próxima da mata e da igreja se insere nas categorias de renda “baixo” e “muito baixo”.

Figura 3. Mapa de renda de Caruaru e aglomerados subnormais.



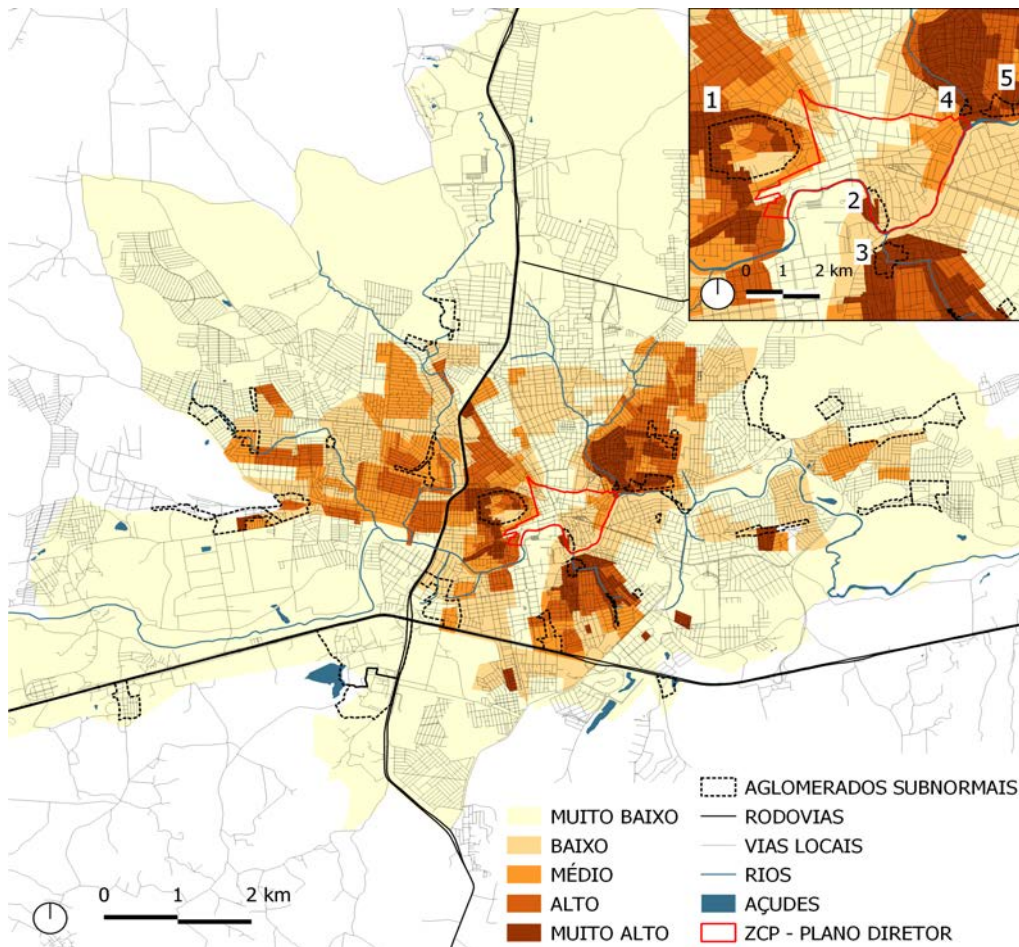
Fonte: Base de dados do IBGE (2019), elaborado pelos autores.

Quando partimos para a análise dos níveis de densidade, primeiramente da densidade populacional, ao observar o mapa da figura 4, no setor em vermelho, que corresponde a zona Central (ZCP), vemos que a área central apresenta em sua maioria densidade populacional caracterizada em “baixo” e “muito baixo”, o que evidencia o esvaziamento progressivo da área central de Caruaru. Observando os aglomerados subnormais em análise por este trabalho, notamos que estes apresentam densidade populacional “muito alta” e “alta”, que caracterizam o adensamento populacional a que está sujeita as áreas mais precárias que margeiam o centro da cidade em análise.

Novamente o aglomerado subnormal do Morro bom Jesus (1) apresenta a particularidade de ter quatro categorias de densidade populacional e seu interior. A única categoria que não está presente neste aglomerado subnormal é a que delimita como “muito baixo”. Notadamente essa é uma área extremamente adensada e precária que apresenta uma menor densidade na área próxima à mata, e uma maior densidade populacional na encosta do lado esquerdo da imagem, que é a área oposta ao setor de renda “muito alto” identificado pela imagem anterior (figura 3). Essa parte mais populosa e mais carente corresponde ao bairro do Centenário, com alta densidade populacional e uma renda “muito baixo” e “baixo”.

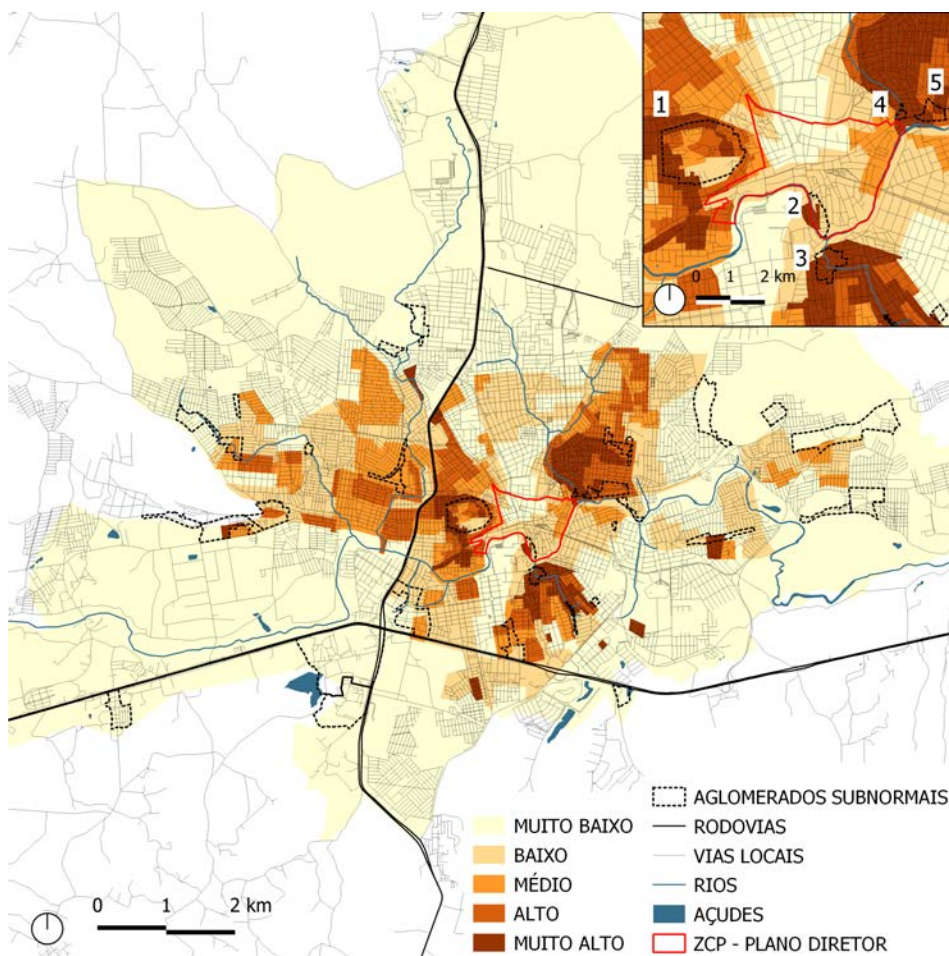
A cartografia da densidade populacional evidencia a dificuldade em que as cidades latino americanas em especial têm em ocupar o centro da cidade como forma de moradia. Ao olhar o mapa da cidade de forma macro, observamos que a cidade se adensa em áreas específicas e que no geral o padrão da cidade é marcado por uma densidade populacional “muito baixo”, principalmente nas áreas perimetrais longes do centro, e se compararmos com o mapa anterior, essas mesmas áreas de baixa densidade populacional são as áreas que correspondem a categoria de renda “muito alto”.

Podemos dizer que isso se deve ao fato da crescente instalação de condomínios horizontais que se avoluma na cidade de Caruaru, assim, o mapa de adensamento reflete as áreas mais adensadas e mais precárias da cidade e uma grande área de pouca densidade e alta renda que denota preferência das pessoas em habitar longe das áreas centrais.

Figura 4. Mapa de densidade populacional de Caruaru.

Fonte: Base de dados IBGE (2019), elaborado pelos autores.

No tocante a densidade habitacional, nota-se similaridades com o mapa da figura 4. A zona ZCP, mantém um padrão de densidade habitacional “baixo” e “muito baixo” com densidade habitacional “muito alta”, “alta” ou “média” na maior parte dos aglomerados subnormais analisadas por este estudo. Da mesma forma que a baixa densidade seja ela populacional ou habitacional torna-se nociva para as cidades, a alta densidade, o extremo da situação anterior também gera desequilíbrios urbanos. Os pontos pouco densos revelam dispersão e pouca conexão com as áreas centrais, já as áreas mais adensadas podem apresentar-se como espaços de conflitos por espaço, mobilidade e privacidade.

Figura 5. Mapa de densidade habitacional de Caruaru.

Fonte: Base de dados IBGE (2019), elaborado pelos autores.

Para a análise final dos padrões socioespaciais dos aglomerados subnormais da cidade de Caruaru-PE, foi realizado um mapa de sobreposição com os cartogramas da densidade populacional e da densidade habitacional que ofereceu um panorama mais claro tanto da situação do centro (zona ZCP delimitada pelo plano diretor), como dos aglomerados subnormais próximas a seu perímetro.

O resultado obtido enfatizou que quase a totalidade da área central apresenta uma área caracterizada por alta renda e baixa densidade, ao passo que os aglomerados subnormais aqui analisados estão na situação completamente oposta. O Monte Bom Jesus (1) apresentou na análise final três diferentes categorias: “baixa renda e alta densidade”, correspondendo ao setor oeste do aglomerado, representado em vermelho, cuja área também coincide com uma renda muito baixa. O Monte Bom Jesus também apresenta uma parte representado em laranja que corresponde a uma caracterização de baixa renda e baixa densidade, isto pode ser explicado pela presença de uma área de mata neste local. Por fim, o Monte Bom Jesus (1) também possui na sua encosta leste uma coloração em verde que caracteriza o setor em alta renda e alta densidade, esse setor apresenta áreas de alta renda em alguns pontos, que pode exemplificar o melhor padrão das casas na encosta leste e uma servidão de infraestrutura melhor qualificada, porém ainda com uma alta densidade.

A Comunidade Saldanha da Gama (2) possui em seu interior duas colorações de caracterização de padrão socioespacial: uma área com “alta renda e baixa

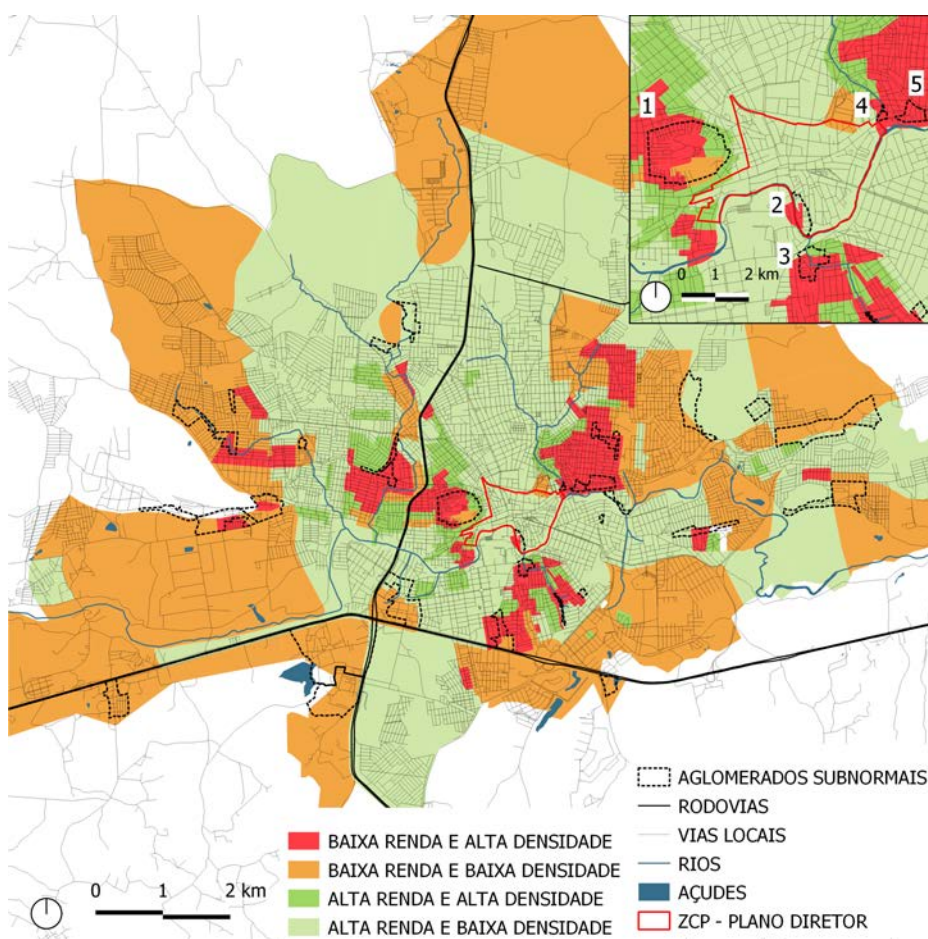
densidade” e outra área com “baixa renda e alta densidade”. Nesta comunidade é possível notar a precariedade de moradia principalmente nas margens do Rio Ipojuca, cujas casas praticamente encontram-se dentro do rio, sem espaço adequado para margem. Além disso a comunidade insere-se muito próximo a feira de Caruaru, apresentando-se como área de infraestrutura carente embora tenham sido realizadas diversas melhorias de infraestrutura urbana em diversos pontos da feira.

A Comunidade Vila Teimosa (3) também abrange duas categorias, a primeira no setor Norte de “alta renda e alta densidade” e um setor Sul de “baixa renda e alta densidade”, também localiza-se próximo a feira de Caruaru e apresenta um alto grau de adensamento urbano, com residências sem recuos e em sua maioria com mais de um andar, o que explica o aumento do adensamento nas análises obtidas.

A comunidade Avenida Canal (4) está inserida totalmente na caracterização de “baixa renda e alta densidade” representado em vermelho, e possui edificações inseridas praticamente dentro do canal do Riacho Salgado, uma das alimentações do Rio Ipojuca. O setor não apresenta boa infraestrutura de pavimentação ou calçadas, além disso a maioria das casas apresenta-se sem acabamento ou deterioradas. Observa-se nessa região da mesma forma que na Comunidade Vila Teimosa (3) uma maior tendência a verticalização o que pode corroborar para explicar o aumento da densidade.

Por fim, a Comunidade Riachão I (5) de acordo com a análise final também se insere em sua totalidade em “baixa renda e alta densidade” com tendência a verticalização intensa, infraestrutura deficiente. Além disso a comunidade possui residências em áreas de alagamento do Rio Ipojuca, e outras inseridas na margem do Rio.

De modo geral na maior parte da malha urbana da cidade fora do centro tem-se a predominância de alta renda e baixa densidade principalmente nos bairros com melhor infraestrutura, e baixa renda e baixa densidade com mais destaques para os setores leste e oeste da cidade. Os pontos em verde escuro caracterizados pela alta renda e alta densidade correspondem as áreas com mais verticalização e presença de comércio e serviços que atendem um contingente populacional de melhor renda, dentre os bairros de maior verticalização, destaca-se o bairro Maurício de Nassau.

Figura 6. Padrões socioespaciais de Caruaru-PE.

Fonte: Base de dados IBGE (2019), elaborado pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo representa uma contribuição técnica para compreender os padrões socioespaciais presentes na cidade de Caruaru, a partir do perfil populacional e no modo como o solo urbano é ocupado e consumido. O cruzamento dessas bases, por fim, mostra que é possível detectar diversos padrões socioespaciais, apesar de ter sido realizada uma simplificação em quatro grupos. Uma limitação em estudos dessa natureza está na defasagem temporal dos dados utilizados, visto que o Censo de 2020 foi adiado devido a pandemia de COVID-19, entretanto, essa desatualização possui um menor impacto na área central devido a sua consolidação. Problemas como este afetam com maior intensidade áreas recém transformadas, que ocorre majoritariamente em áreas mais periféricas.

O uso de dados do IBGE, por estarem disponíveis para todo o país, permite a replicação dessa metodologia para outros estudos de caso. Estudos dessa natureza tornam-se fundamentais na atual legislação urbanística brasileira, onde a cada 10 anos, cidades médias precisam desenvolver planos diretores, e discussões acerca da eficiência da densidade nas cidades, especialmente em áreas centrais, bem como a presença de diversidade social, são pautas importantes e que podem ser diagnosticadas através da metodologia utilizada.

Sobrepor os resultados ao limite dos setores especiais de aglomerados subnormais aponta para uma característica já constatada em outros estudos locais (SIMÕES e BARROS FILHO, 2022; TORRES *et al.* 2022), em que não é

possível generalizar apenas um padrão de ocupação nos assentamentos precários, mas eles são diversos e essa diversidade, resultante de uma série de indicadores como condições do sítio ocupado e localização, impacta diretamente no nível de densidade.

A aproximação na área central de Caruaru, por sua vez, aponta para coexistência de um modelo centro-periferia com um modelo fragmentado, uma vez que a área é majoritariamente ocupada pela população de alta renda, mas é margeada por assentamentos precários que disputam, como já apontado por Abramo (2003), por um lugar para se instaurar na cidade, próximo ao emprego, serviços e de uma rede de infraestrutura que é ainda mais precária para este grupo em áreas periféricas. Apesar de assimetrias marcantes na paisagem, a coexistência da precariedade e da não precariedade na área central apontam que, ainda que distantes, esses grupos compartilham uma proximidade geográfica, levando a um inevitável encontro social no compartilhamento dos espaços públicos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. A cidade Com-Fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 9(2), 25-54, 2007.

ABRAMO, Pedro. La teoría económica de la favela: cuatro notas sobre la localización residencial de los pobres y el mercado inmobiliario informal. **Ciudad y territorios: Estudios territoriales**, v. 35, n. 136-137, p. 273-294, 2003.

ALMEIDA, Anthony de Padua Azevedo. O papel da cidade média de caruaru na estruturação da rede urbana pernambucana. **ANAIS III CIMDEPE**, p. 103, 2015.

BERNARDINO, Iana Ludermir; LACERDA, Norma. Centros históricos brasileiros: tensões entre a obsolescência imobiliária e a construção de novas espacialidades. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 17, n. 1, p. 61-61, 2015.

BERNARDINO, Iana Ludermir; LACERDA, Norma. Centros históricos brasileiros: tensões entre a obsolescência imobiliária e a construção de novas espacialidades. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 17, n. 1, p. 61-61, 2015.

BERNARDINO, Iana. **Mercado imobiliário residencial em áreas centrais tradicionais: produção de novas espacialidades e obsolescência imobiliária na definição de submercados residenciais**. Tese do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco. 2018.

BORSODORF, Axel. Cómo modelar el desarrollo y la dinámica de la ciudad latinoamericana. **Eure (Santiago)**, v. 29, n. 86, p. 37-49, 2003.

CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, 2000.

CARRIÓN MENA, Fernando. Los desafíos actuales en los centros históricos. Seminario Permanente Centro Histórico de la Ciudad de México. Recuperado de https://works.bepress.com/fernando_carrion/677, 2014.

IBGE. Aglomerados subnormais – resultados preliminares – 2019. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do->

territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=acesso-ao-produto .

Acesso em: 20/12/2022.

IBGE. Divisão Urbano Regional do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/divisaourbanoregional/#/home/>. Acesso em: 20/12/2022.

IBGE. Região de Influência das Cidades 2018. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/divisaourbanoregional/#/home/>. Acesso em: 20/12/2022.

LIMONAD, Ester; DE MOURA COSTA, Heloisa Soares. CIDADES EXCÊNTRICAS OU NOVAS PERIFERIAS?. **Revista Cidades**, v. 12, n. 21, 2015.

LYNCH, Kevin. **The image of the environment**. The image of the city, v. 11, p. 1-13, 1960.

PEIXOTO, Paula. Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. Sociologia: **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 13, 2003.

ROLNIK, Raquel et al. Um novo lugar para o velho centro. **Minha Cidade**, v. 164, 2006.

SANTOS, Alexandre Pereira et al. O lugar dos pobres nas cidades: exploração teórica sobre periferização e pobreza na produção do espaço urbano Latino-Americano. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 9, p. 430-442, 2017.

SANTOS, Alexandre Pereira et al. O lugar dos pobres nas cidades: exploração teórica sobre periferização e pobreza na produção do espaço urbano Latino-Americano. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 9, p. 430-442, 2017.

SANTOS, J. Falas da cidade: um estudo sobre as estratégias discursivas que construíram historicamente a cidade de Caruaru-PE (1950-1970). Recife: O autor, 2006.

SIMÕES, Matheus Batista et al. Da textura orbital à superfície social: investigando padrões socioespaciais através da lacunaridade e habitabilidade. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 10, n. 2, 2022.

VARGAS, H. C., CASTILHO, A. L. H. de. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri: Manole. 2006

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, 1998